

GAZETA DO OESTE

ANO VI N° 1493 Rua Folk Rocha, nº 103 - Sala 03 - 1º andar - Sandra Regina -Barreiras- BATel. (77)3612 74 76 01 de novembro de 2012

ATOS OFICIAIS

Prefeituras e Câmaras prestam contas à população

Em cumprimento ao princípio constitucional e a Lei nº 101/2000, estão publicados abaixo Atos Oficiais Administrativos de Prefeituras, Câmaras Municipais e outros órgãos oficiais, que zelando pela transparência das contas públicas municipais, coloca a disposição da população documentos diversos para a devida prestação de contas.

A publicação impressa e eletrônica de anexos dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF é uma exigência da Constituição Federal que estabelece que o Poder Executivo os publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e quadrimestre. O objetivo dessa periodicidade é permitir que, cada vez mais, os órgãos de controle externo e a sociedade, conheçam, acompanhem e analisem o desempenho da administração municipal.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOCAS DO BREJO VELHO

CNPJ (MF) 13.665.659/0001- 28

Praça Municipal, 86-Centro-Fone: (77)3657-2148-Fone Fax: (77) 3657-2160

CEP.: 47 760-000 - Tabocas do Brejo Velho - Bahia.

DECRETO Nº 026/2012 DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

“Exonera Servidores Municipais ocupantes de cargos seletivos deste Município de Tabocas do Brejo Velho – BA com base no que determina o Art 23 da Lei Complementar n.º101 e o Art 169 da Constituição Federal do Brasil, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE TABOCAS DO BREJO VELHO, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos I e II do artigo 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05.10.1988 e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Considerando que o Art. 169 da Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988 determina que a despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar;

Considerando que a Lei Complementar n.º101 “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal” no seu Art.19 estabelece que “Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida,....” e o percentual para o Município é 60% (sessenta por cento).

Considerando, que o Art.20 da Lei Complementar n.º101 determina que o Executivo Municipal não pode exceder o percentual de 54% (cinquenta e quatro por cento) do limite estabelecido no Art.19 da mesma Lei;

Considerando que na última verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da LC n.º101 - LRF que foi realizada no final do último quadrimestre onde detectou que o percentual de despesas de pessoal do executivo municipal ultrapassou os limites prudencial e máximo, sendo eles: 51,2% e 54% respectivamente, conforme relatórios contábeis publicados;

Considerando que o Art.23 da LC n.º101 – LRF estabelece que “Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3o e 4o do art. 169 da Constituição”;

ATOS OFICIAIS

Considerando, em especial, o que determina o §3º do art. 169 da Constituição Brasileira de 1988, que as mediadas aplicáveis para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na Lei Complementar n.º101, o município deverá adotar exoneração de servidores não estáveis.

Considerando, a obrigatoriedade do poder público municipal cumprir o que determina os artigos da Constituição Federal do Brasil e a Lei Complementar n.º101 no que tange ao cumprimento das despesas com pessoal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam *exonerados* os servidores municipais admitidos através do processo seletivo simplificado – REDA Municipal, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Ação Social do Município de Tabocas do Brejo Velho – Ba, ocupantes dos cargos a seguir especificados:

- a) Eliene Nunes de Almeida – Assistente Administrativo - Lotada no Projovem;
- b) Emília dos Reis Galvão – Assistente Administrativo – Lotada no Projovem;
- c) Thiago Neri de Mendonça – assistente Administrativo – Lotado no Projovem.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir de 01 de novembro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TABOCAS DO BREJO VELHO-BA,
Em, 31 de outubro de 2012.

JOSÉ CAVALCANTE DE ARAÚJO
Prefeito Municipal